

Sarney volta a usar rádio contra adversários

BRASÍLIA — O presidente José Sarney voltou a usar o programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio* para atacar adversários de seu governo, sem identificá-los. Segundo Sarney, "continua uma minoria agressiva, não representativa da nação, a tentar criar no país um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o governo".

Na linguagem do presidente, "está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem". Mais adiante, insistiu: "Para criar o caos, julgam tomar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições".

Sarney disse entretanto que o Congresso "tem homens de espírito público

que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execução pública, numa ação nefasta e impatriótica".

Depois, voltaram os ataques à Constituinte: "Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes".

Adiante, o presidente garantiu que, ao contrário de querer atrasar os trabalhos, sempre quis que a Constituinte terminasse logo sua tarefa: "Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. (...) O projeto que eu enviei ao Congresso

Nacional, que eu assinei, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse prazo era 4 de dezembro do ano passado".

Sarney disse finalmente que tem maioria parlamentar a respaldá-lo: "Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete". Acredita também no apoio popular: "E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nessa tarefa que é uma grande tarefa, patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais, com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis que desejam inviabilizar o nosso país".

Tentativa de moderar o tom foi derrotada

Bem que o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, tentou evitar o novo ataque do presidente José Sarney à Constituinte. Todos os seus esforços, respaldados no apoio do atual homem forte da comunicação no Palácio do Planalto, jornalista Antônio Carlos Drummond, foram, porém, em vão. A versão de ontem do *Conversa ao pé do rádio* é, certamente, a mais violenta e arrojada de todas com que Sarney tem brindado milhares de ouvintes ao amanhecer das três últimas sextas-feiras. Perderam Costa Couto, Drummond e o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que havia proposto um "armistício". Ganharam nomes como os dos ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Vianna e o consultor-geral da República, Saulo Ramos, que querem ver Sarney na ofensiva.

"Não vou recuar", avisara Sarney a alguns assessores no meio da semana, quando era grande a pressão de inquilinos do quarto andar do Palácio do Planalto para que retomasse a característica normal do programa — criado para ser uma espécie de prestação de contas semanal dos atos e ações do governo e do presidente. Na terça-feira passada, Costa Couto e Drummond chegaram a apostar que o tom do *Conversa ao pé do rádio* mudaria ontem. Erraram. Nunca Sarney foi tão direto no ataque à Constituinte.

Mandato — Programa que já foi facultativo, mas que hoje é obrigatório em todas as emissoras de rádio do país, a *Conversa ao pé do rádio* durante quase toda a sua existência foi utilizada para relatos do presidente Sarney sobre os acontecimentos da semana e até passou a ser chamado pejorativamente de "Pé no saco", uma expressão muito ouvida pelos corredores e salas do Planalto nas manhãs de sexta-feira.

Desde o agravamento da crise política, com as seguidas denúncias de corrupção no governo, os atritos entre Sarney e a Constituinte e o crescimento da tese dos quatro anos de mandato, mudou o tom morno do programa e com ele cresceu a expectativa em torno da sua divulgação.

Sarney esperava que começasse o declínio da tese dos quatro anos, o que até chegou a previr na sexta-feira da outra semana, durante audiência com o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Não aconteceu o declínio, a animosidade entre o Planalto e a Constituinte perdurou e Sarney voltou ao ataque. Na quinta-feira à noite, trancado em seu gabinete do terceiro andar do Planalto e cercado por Costa Couto, Drummond e o secretário de imprensa e divulgação, jornalista Silvestre Gorgulho, além do ministro Antônio Carlos Magalhães e do jornalista Luís Gutemberg — na fase antiga, o autor do texto das *Conversa ao pé do rádio*, agora redigidas pelo próprio Sarney —, o presidente gravou o programa de ontem, com recomendação expressa aos auxiliares para que não vazasse qualquer informação sobre o seu conteúdo.



Antônio Carlos

Deputados criticam conversa e intenções

O presidente José Sarney voltou a ser duramente criticado no plenário da Constituinte, depois da *Conversa ao Pé do Rádio*. As críticas se referiram também à articulação do presidente para ficar seis anos no poder, recolhendo a documentação de sua posse para apelar ao Supremo Tribunal Federal. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, pediu ao deputado Ulysses Guimarães que seja definido com urgência um horário destinado à liderança do governo para que as críticas possam ser rebatidas.

O líder do PDT, Brandão Monteiro, ao subir à tribuna, disse que o presidente da República quer o confronto com a Constituinte para evitar eleições diretas este ano e, ao mesmo tempo, agravar a crise política. "A atual conjuntura é muito séria e precisa ser analisada", disse. Convidou todos os partidos políticos a reunirem seus presidentes nacionais com esse objetivo. O mesmo pediu o vice-líder do PT, deputado José Genoíno.

Segundo Genoíno, "há uma escalada golpista nas oficinas do Palácio do Planalto. A dúvida é se essa escalada tem o apoio dos empresários e das Forças Armadas". Para Genoíno, "o instrumento que o presidente está usando para o golpe é a Constituinte, por isso quer questionar no Supremo a soberania da Assembleia, para manter um mandato de seis anos".

Soberania — Os ânimos se acirraram quando o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) disse que o STF interpreta que a Constituinte não tem soberania para definir regras constitucionais porque a Constituição em vigor é a que vale. "A luz do termo de posse do presidente Sarney, o mandato é de seis anos, e a Constituinte não pode alterar isto porque o Poder Judiciário não reconhece sua soberania." O senador Cid Sabóia de Carvalho rebateu, alegando que a soberania da Constituinte está desligada do ato da convocação e que o STF não pode traçar jurisprudência sobre esse assunto.

Além da disposição do presidente de questionar no STF a duração do seu mandato, as críticas foram para o programa radiofônico de todas as sextas-feiras. O líder do PC do B, Haroldo Lima, disse que os grupos a que o presidente se referiu têm mais legitimidade do que o presidente, pois foram eleitos pelo povo.

A líder do PSB, deputada Beth Azize, voltou a pedir ao deputado Ulysses Guimarães que interfira junto a Deltel para que seja proibido o programa *Conversa ao Pé do Rádio*, porque "mais uma vez ele foi utilizado para agredir a Constituinte". A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) comentou que o programa "é uma verdadeira novela" e que os constituintes têm procuração do povo brasileiro para elaborar a Constituição, enquanto o presidente não. Aconselhou a todos desligarem o rádio na próxima sexta-feira para não ouvirem o próximo capítulo da novela.

Governador não quer Planalto no plenário

SÃO PAULO — Preocupados com a proximidade do confronto entre o governo do presidente Sarney e a Constituinte, os governadores do PMDB irão adotar, a partir de agora, duas posições: uma, declarada, visa mobilizar a sociedade civil para garantir a soberania da Constituinte; e, outra, não declarada, mas não menos verdadeira, para evitar a todo custo a formação de qualquer grupo, dentro da Assembleia, que se assemelha a um bloco parlamentar governista.

As duas decisões, já discutidas durante a reunião dos governadores do Rio de Janeiro, Moreira Franco, de São Paulo, Oreste Quêrcia e de Minas Gerais, Newton Cardoso, na última terça-feira, foram referendadas em São Paulo, durante conversa de 1h30min, no Palácio Bandeirantes, a sede do governo, entre Quêrcia e o governador da Bahia, Waldir Pires. Hoje, elas serão repetidas por Quêrcia ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, durante almoço em Brasília e, depois, comunicado em busca do apoio, a todos os governadores do partido que não foram contactados pelo vice-governador paulista, Armino Affonso, em viagem política por nove estados.

Negação — Inconformado com os termos do último programa radiofônico do presidente José Sarney, transmitido ontem, o governador da Bahia não disfarçou o tom de crítica e jogou pesado: "O presidente e o governo não podem confrontar a Constituinte se quisermos chegar ao fim do longo processo de luta pela restauração da democracia no Brasil. A confrontação é a negação da soberania da Constituinte".

Irritado com o que considera interferência indevida do Palácio do Planalto na Constituinte, o governador Waldir Pires advertiu que "o confronto está se desenhando" e, realista, enumerou as duas formas pelas quais o governo pode buscar o impasse com a Assembleia: 1. através da mobilização de "forças internas", desarticulando a Constituinte de dentro para fora; 2. através da busca do respaldo político externo.



Waldir Pires

"Radicais querem solapar a ordem"

Eis a transcrição, pela Empresa Brasileira de Notícias, da fala de Sarney:

"Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma *Conversa ao Pé do Rádio* nesta sexta-feira, dia 26 de fevereiro de 1988.

Infelizmente, eu sou obrigado a fazer ao país mais uma grave advertência em favor da transição democrática. Sinceramente, desejava que estivéssemos em paz, sem necessidade de alertas. Mas continua uma minoria agressiva, não representativa da nação, a tentar criar no país um clima de inquietação, aumentando as dificuldades nacionais e tentando inviabilizar o governo.

Esta é uma ação contra a democracia, com vistas a comprometer o processo democrático. O alvo, sem dúvida, não é o político José Sarney, é o poder, é a Presidência, é o regime, é o nosso sistema de vida, é a transição, é a democracia e, finalmente, é o caminho da ilegalidade.

Como tenho dito, está dentro do Congresso Nacional um pequeno grupo de radicais oportunistas, com o objetivo de solapar a ordem. Graças a Deus, e para sorte do nosso país, é uma minoria.

O Congresso, ao qual pertenci durante mais de 20 anos, tem homens de espírito público que resistem ao sacrifício, ao ataque sistemático que é feito para amedrontá-los, colocando seus nomes submetidos à execução pública, numa ação nefasta e impatriótica. Semeiam cartazes com ofensas e os apontam como traidores. Como se cada constituinte não pudesse agir de acordo com a sua consciência, com as suas responsabilidades.

Tudo isso para quê? Para coagir. Para cercear a liberdade. Essa minoria radical coage o Congresso, o plenário da Casa, insulta o presidente da Constituinte, numa obra deletéria, contrária às instituições. E a democracia não é isso. E, muito menos, o respeitável Congresso Nacional. Essa conduta é a negação da lei, do estado de direito.

Eles tentam assenhorar-se da Constituinte, fazendo-se passar, como se fossem a própria Constituinte e criar uma Constituição que torne o Brasil ingovernável. E, ao mesmo tempo, tornam a Constituinte impopular perante o povo brasileiro. Para criar o caos julgam tomar o poder pela força com o enfraquecimento das instituições.

Os poderes da República são harmônicos. A democracia vive dessa harmonia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Quem deseja quebrar esta harmonia, quer quebrar a Constituição, quer implantar a confrontação e abalar os princípios da ordem jurídica. E fazem isso, acobertados na imunidade parlamentar. Usam a lei para negar a lei. Esse fato é inédito na História do Brasil.

A tribuna parlamentar não foi feita para denegrir, injuriar ou caluniar. Nem conspirar. E sim, para defender o povo.

Os trabalhos da Constituinte são substituídos por ataques pessoais e políticos, com a única finalidade de imobilizar o governo e levá-lo a situações que no passado atingiram outros presidentes.

Eu tenho o dever de alertar a Nação e não permitir esse retrocesso.

Tenho dado mostras e exemplos de tolerância. Ciente, absolutamente convicto de que não se pode administrar uma transição com murros na mesa, mas com paciência, numa obra de engenharia política que tenho feito com sacrifício. E muito sacrifício.

Sempre pensei que o reingresso do Brasil no convívio das grandes democracias deveria operar-se num clima de concertação, balizado por um pacto social e político que tanto me esforcei em concretizar. Quantas vezes, as brasileiras e brasileiros me ouviram falar do diálogo, da união, da necessidade de juntos lutarmos para atravessar dificuldades. Meu objetivo único, portanto, era e é o de consolidar as instituições democráticas, o de presidir a transição e chegar ao seu final.

Tenho compromissos. Eu não procurei a Presidência. O destino me trouxe. Tenho dado contribuição substancial ao processo político brasileiro. Não vou recuar e nem truncá-lo. Mas não admitirei que ninguém o faça.

Tenho feito algumas ressalvas à Constituição. É meu dever alertar, como cidadão, e, mais ainda, como Presidente, erros para que sejam corrigidos. Não se deve confundir Constituinte, processo de

elaboração de uma Constituição, com a própria Constituição. Esta será sempre criticada. Para isso existem os tratadistas, os políticos, os homens públicos, os juristas, os professores. Impedir críticas, resistir às críticas, como se fossem contra o processo institucional, é uma maneira de traír a democracia, a liberdade de pensamento e a melhoria das instituições. Mas uma Constituição desordenada, caótica, ninguém no Brasil deseja. Todos estamos obrigados e desejosos de que ela seja uma boa Constituição, e todos estamos com vontade de ajudar a que seja melhorada.

Eu, pessoalmente, convoquei a Constituinte. Ninguém pode me acusar de retardá-la. Pois sou o único que não pode sofrer esta acusação, porque o projeto que eu enviei ao Congresso Nacional, que eu assinei, tinha no seu artigo terceiro um prazo para que a Constituinte fosse terminada. Esse prazo era 4 de dezembro do ano passado. Eu dizia no projeto que mandei ao Congresso, o projeto da Constituição, no artigo terceiro, será promulgado no curso da primeira sessão legislativa, da 48ª legislatura. Portanto, 4 de dezembro do ano passado.

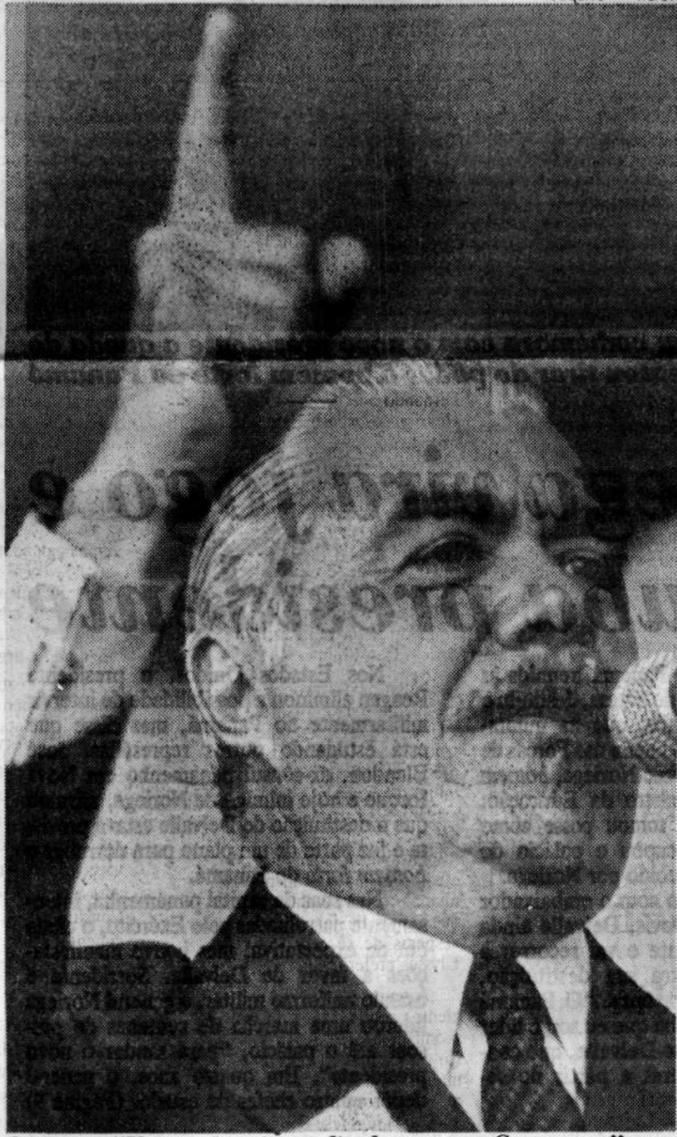
Se tivessem aprovado o meu projeto, a Constituição já estaria pronta e em vigor há muito tempo. Mas não fizeram. E acredito que por pressão de um grupo que desejava que ela demorasse o mais

possível para, acima de todos os poderes, por mais tempo, desestabilizar o País na técnica de um assalto ao Parlamento e para solapar a ordem jurídica do Brasil. Por mim, portanto, há muito tempo a Constituição já estaria concluída. Não tenho responsabilidade de quase um ano sem projeto e um regimento que teve de ser modificado para que a Constituinte pudesse andar.

Quero denunciar, portanto, mais uma vez, este clima, a pressão que fazem sobre o governo federal, sobre o presidente da República. É uma inversão da ordem constitucional. É uma violência fora da lei. Acobertada na imunidade parlamentar. Instituto de que estão se valendo para ferir a ordem da harmonia entre os poderes da República. Conto, como sempre contei, com a maioria da Constituinte, do Parlamento, para salvar a democracia daqueles que querem que a transição não se complete.

E o povo, as brasileiras e brasileiros, tenho certeza de que estarão comigo nessa tarefa que é uma grande tarefa, patriótica. O Brasil não pode pagar as dificuldades atuais, a alegação de dificuldades atuais com o preço da democracia vendida por minorias irresponsáveis que desejam inviabilizar o nosso país. Muito obrigado. Bom dia e até a próxima sexta-feira."

Arquivo — 1/9/87



Sarney: "Uma minoria radical coage o Congresso"

O desejo do presidente

Ao dizer que a Constituinte já teria encerrado seu trabalho se tivesse sido aprovado o artigo 3º do projeto com o qual a convocou, o presidente Sarney referiu-se ao seguinte texto:

Art. 3º — O projeto de Constituição será promulgado no curso da primeira sessão legislativa da 48ª legislatura, depois de aprovado, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.

A vontade dos constituintes

A ideia do presidente de limitar no tempo o trabalho da Constituinte provocou, na época (segundo semestre de 1985), reação do Congresso. Os parlamentares entenderam que se aceitassem o que Sarney propunha estariam limitando a soberania de uma Constituinte que teria poderes inclusive mudar o sistema de governo e encurtar o mandato do presidente. A redação aprovada ficou assim:

Art. 3º — A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Nacional Constituinte.